

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

Título: A Criança como Sujeito de Direitos Humanos em Contextos de Desigualdades Estruturais: Uma análise Interseccional entre Exclusão Social e Fragilização da Cidadania (Português de Portugal)

Título em inglês: The child as a subject of human rights in contexts of structural inequalities: an intersectional exclusion and the weakening of citizenship

Joana Alfredo Manjate MAVILE¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a condição da criança como sujeito de direitos humanos em contextos marcados por desigualdades estruturais, evidenciando de que modo tais desigualdades afetam, de forma direta e indireta, o exercício efetivo da cidadania infantil. Parte-se da premissa de que, apesar dos avanços normativos registados no plano internacional e da crescente centralidade da criança nos discursos jurídicos contemporâneos, persistem barreiras estruturais profundas que limitam a concretização material desses direitos, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade social, económica e cultural. A fundamentação teórica assenta numa abordagem interseccional e interdisciplinar, que permitem compreender a sobreposição e a interação de múltiplos fatores de exclusão tais como a condição socioeconómica, o género, a idade e a pertença sociocultural enquanto elementos estruturantes que contribuem para a produção, reprodução e perpetuação de desigualdades. Nesse sentido, problematiza-se a insuficiência dos modelos jurídicos tradicionais que, ao não incorporarem de forma efetiva uma perspetiva interseccional, acabam por invisibilizar grupos específicos de crianças, negligenciando as suas experiências diferenciadas e contribuindo, ainda que indiretamente, para a manutenção de situações de marginalização e fragilização da cidadania infantil. Do ponto de vista metodológico, a investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza jurídico-dogmática e comparada, analisando o enquadramento normativo e as práticas institucionais em Moçambique, Portugal e Brasil. A análise baseia-se numa revisão bibliográfica crítica e sistematizada, na interpretação de instrumentos jurídicos internacionais relevantes e no exame de políticas públicas direcionadas à proteção e promoção dos direitos da criança,

¹ MAVILE. Joana Alfredo Manjate Mestre em Direito e Segurança pelo Instituto Superior de Estudos de Defesa “Tenente-General Armando Emílio Guebuza” (Matola - Moçambique) Doutoranda em Ciências Jurídico-Civilísticas na Universidade Portucalense Infante D. Henrique - Porto-Portugal. Matrícula: 50711 ORCID: 0009-0002-9491-995X E613-ED36-6E07

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES

AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

permitindo uma compreensão abrangente e contextualizada das dinâmicas em estudo. Os resultados evidenciam que, embora existam progressos significativos na consagração formal dos direitos da criança, subsistem lacunas relevantes na sua implementação efetiva, particularmente em contextos de maior vulnerabilidade e exclusão social. Verifica-se que a ausência de políticas públicas integradas, articuladas e sensíveis às múltiplas dimensões da desigualdade contribui para a persistência de práticas excludentes e para a continuidade de violações de direitos fundamentais. Conclui-se que a promoção de uma cidadania infantil plena e efetiva exige a reconfiguração das práticas institucionais e das políticas públicas, orientando-as por princípios de igualdade substantiva, dignidade humana e inclusão social, bem como pela incorporação efetiva da interseccionalidade como ferramenta analítica e operativa essencial à construção de respostas mais justas e inclusivas.

Palavras-chave: Direitos da criança; interseccionalidade; desigualdades estruturais; cidadania infantil; inclusão social.

ABSTRACT

This article aims to critically analyse the condition of the child as a subject of human rights in contexts marked by structural inequalities, highlighting how such inequalities directly and indirectly affect the effective exercise of children's citizenship. It is based on the premise that, despite the normative advances achieved at the international level and the growing centrality of the child in contemporary legal discourse, significant structural barriers persist, limiting the material realization of these rights, particularly in contexts of heightened social, economic, and cultural vulnerability. The theoretical framework is grounded in an intersectional and interdisciplinary approach, which allows for a comprehensive understanding of the overlap and interaction of multiple factors of exclusion—such as socioeconomic status, gender, age, and sociocultural background—as structural elements that contribute to the production, reproduction, and perpetuation of inequalities. In this regard, the article problematizes the insufficiency of traditional legal models which, by failing to effectively incorporate an intersectional perspective, tend to render specific groups of children invisible, overlooking their differentiated experiences and, consequently, contributing to the persistence of marginalization and the weakening of children's citizenship. From a methodological standpoint, the research adopts a qualitative, legal-dogmatic, and comparative approach, analysing the normative framework and institutional practices in Mozambique, Portugal, and Brazil. The analysis is based on a critical and systematized literature review, the interpretation of relevant international legal instruments, and the examination of public policies aimed at the protection and promotion of children's rights, allowing for a broad and contextualized understanding of the dynamics under study. The findings demonstrate that, although

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

there have been significant advances in the formal recognition of children's rights, important gaps remain in their effective implementation, particularly in contexts marked by vulnerability and social exclusion. It is observed that the absence of integrated, coordinated, and inequality-sensitive public policies contributes to the persistence of exclusionary practices and ongoing violations of fundamental rights. It is concluded that the promotion of full and effective children's citizenship requires the reconfiguration of institutional practices and public policies, guiding them by principles of substantive equality, human dignity, and social inclusion, as well as by the effective incorporation of intersectionality as an essential analytical and operational tool for the development of more just and inclusive responses.

Keywords: Children's rights; intersectionality; structural inequalities; children's citizenship; social inclusion.

MAVILE. Joana Alfredo Manjate Mestre em Direito e Segurança pelo Instituto Superior de Estudos de Defesa "Tenente-General Armando Emílio Guebuza" (Matola-Moçambique) Doutoranda em Ciências Jurídicas Civilísticas na Universidade Portucalense Infante D. Henrique - Porto-Portugal. Matrícula: 50711
ORCID: 0009-0002-9491-995X E613-ED36-6E07

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



AGÊNCIAS/FOMENTO

